CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL LEO PRATES

COMISSÃO DE SAUDE REQUERIMENTO Nº , DE 2024 (Do Sr. Leo Prates)

"Requer a realização de audiência pública para discutir a questão dos cancelamentos unilaterais de planos de saúde".

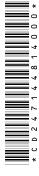
Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno desta Câmara dos Deputados, a realização de reunião de audiência pública, para discutir a lei de planos de saúde (lei 9.656/98)e os processos abruptos e unilaterais de rescisão do contrato de planos de saúde. Para tanto, sugiro que sejam convidados:

- José Seripieri Filho, presidente da Amil
- Paulo Rebello Filho, Diretor-Presidente da ANS
- Fernando Pigatto, Presidente do Conselho Nacional de Saude

Justificação

Senhores membros da Comissão, temos visto, de forma inacreditável que, de modo abrupto, os conveniados da seguradora Amil, por exemplo, receberam comunicados por e-mail ou whatsapp acerca da rescisão unilateral dos seus planos de saúde coletivos por adesão, o que prova como os usuários de planos de saúde realmente encontram-se em posição de vulnerabilidade.





CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL LEO PRATES

Nesta ação, a Amil cancelou diversos contratos administrados pela Qualicorp. Ainda não se sabe se a investida da Amil se estenderá aos contratos provenientes de outras administradoras de benefícios, o que aumentaria o contingente de pessoas atingidas.

É de conhecimento que planos de saúde são contratos de longa data, com a verdadeira expectativa de boa-fé de que sua adesão seja uma garantia para os momentos difíceis da vida.

Porém, os beneficiários da Amil foram surpreendidos com a abusiva conduta de rescisão unilateral em curto espaço de tempo, sem que os consumidores dispusessem do lapso necessário para se organizarem e buscarem novas alternativas.

Inclusive, há notícias de casos em que os usuários sequer foram comunicados sobre a rescisão, sendo pegos de surpresa no momento em que buscavam utilizar a rede credenciada e tiveram a informação de que não poderiam utilizar os serviços em decorrência do cancelamento do plano pela operadora, o que deixou os cidadãos completamente desprotegidos, em situação de emergência.

Temos que discutir profundamente a lei de planos de saúde (lei 9.656/98) que autoriza a rescisão do contrato de planos de saúde. Porém, o direito de a operadora rescindir os contratos e cancelar os planos tem que ter limites estabelecidos pela legislação.

O que devemos averiguar é se o convênio não pode simplesmente cancelar o plano da pessoa e, ainda que encerrado o grupo ao qual ela pertença, terá que manter aquele usuário ou sua família vinculada ao plano, mantendo a relação contratual e a cobertura para aquela pessoa ou grupo.

Como proteger o consumidor sem ferir a lei. Verificar se existem precedentes judiciais para a concessão da medida de urgência e manutenção do plano desde o momento





CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL LEO PRATES

deste pedido, o que confira mais segurança e previsibilidade àqueles que optem por ingressar com ação objetivando a manutenção do plano de saúde.

Portanto, devmos nos debruçar sobre esse assunto, debatendo com os responsáveis e buscando soluções para melhor orientar o consumidor sobre a melhor conduta a ser tomada.

Sala de Sessões, em	da	de 2024
Sala de Sessues, em	ue	ue 202 4

LEO PRATES

Deputado Federal PDT/BA



